



AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES DO PROEJA: EM BUSCA DA INOVAÇÃO

PROEJA STUDENTS EVALUATION: SEEKING INOVATION

Cristiane Regina Ferrari ¹

RESUMO: O PROEJA é um programa com caráter inovador na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, criado em âmbito federal em 2005. Por ser a avaliação escolar de grande importância para o processo ensino-aprendizagem, o presente artigo busca verificar qual é a concepção e como acontece a avaliação dos estudantes do PROEJA do CEFET-BG – Bento Gonçalves. Para chegar ao proposto, realizou-se a análise dos dados obtidos através de questionários aplicados a estudantes e professores, da análise de documentos e da observação e conversas com integrantes da comunidade escolar. O artigo também contempla um pouco da história da educação de jovens e adultos e a discussão sobre a teoria da avaliação escolar nas vertentes somatória e emancipatória. Chega-se à conclusão de que o CEFET/BG trabalha com uma concepção avaliativa emancipatória e processual, porém, necessita de um trabalho mais participativo para que os alunos tenham mais conhecimento e segurança em relação à própria participação na avaliação.

PALAVRAS-CHAVE: avaliação, PROEJA, emancipatória.

ABSTRACT: PROEJA is a program with innovative character in the modality of Young Education and Adult, created in federal scope in 2005. For being the pertaining to school

¹ Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, professora de Ciências Biológicas na modalidade de jovens e adultos, residente na Rua Góis Monteiro, 153, no Bairro São Francisco, na cidade de Bento Gonçalves –95700-000 – RS. Telefone para contato: (54)3455-7000 ou 9976-9590. Email: Cristiane@bgferramentas.com.br

Este artigo, realizado para cumprir o requisito parcial para obtenção de título de especialista em Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, do curso de Especialização realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi orientado pela professora Conceição Paludo.



evaluation of great importance for the process teach-learning, the present article searches to verify which is the conception and how happens the evaluation of the students of PROEJA of the CEFET-BG - Bento Gonçalves. To arrive at the considered one, it was made an analysis of the data gotten through applied questionnaires with the students and professors, of the analysis of documents and from observation and conversation with integrants of the school community. The article also contemplates a little of the history of the young and adults education and the quarrel on the theory of the pertaining to school evaluation in the somatory and emancipator sources. It is arrived to the conclusion that the CEFET/BG works with emancipator and procedural evaluation conception, however, needs a participative work so that the pupils have more knowledge and security in relation to the proper participation in the evaluation.

KEY WORDS: Evaluation, PROEJA, emancipator.

1 Introdução

O presente estudo sobre a avaliação de aprendizagem dos estudantes do PROEJA (Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos), resulta do anseio em ampliar os aspectos teóricos sobre o referido tema que é bastante polêmico, relativamente novo e pouco pesquisado. A investigação teve a intencionalidade de averiguar como ocorre o atual processo avaliativo dos estudantes do PROEJA, do CEFET-BG (Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves/RS). Para a análise, parte-se da compreensão de que a avaliação deve servir para diagnosticar e orientar as estratégias de ação do processo de ensino e aprendizagem e que deve ser processual, contínua, emancipatória e formativa.

A proposição do PROEJA evidencia que a avaliação tem o papel de priorizar a qualidade e o processo de aprendizagem. Nesse sentido, a avaliação deve buscar a re(construção) do conhecimento, considerando o sujeito criativo, autônomo, participativo, reflexivo e capaz de transformar a sua realidade e a da sociedade em que está inserido.



A instituição pesquisada é pública federal e atende os alunos do PROEJA, através do curso Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores de Nível Médio, com Habilitação em Assistente em Comércio e Serviços,² que iniciou em 2006.

O texto a seguir, será apresentado em três momentos distintos: o primeiro apresenta algumas conclusões a respeito da EJA, no Brasil, baseadas no estudo de diversos autores; o segundo aborda a teoria da avaliação sob o ângulo de duas principais concepções avaliativas e sobre a proposição do PROEJA e da Escola pesquisada. O último momento compreende a análise e discussão dos resultados sobre a forma como é processada a avaliação na instituição estudada. Finalmente, apresentamos alguns indicativos para avançar na implementação da proposta de avaliação de cunho formativo / emancipatório.

2 Educação de Jovens e Adultos no Brasil: algumas constatações

Ao longo da segunda metade do século XX houve um importante movimento de ampliação de ofertas de vagas no ensino público, porém, ainda insuficiente. Essa ampliação de oferta não foi acompanhada de uma melhoria na qualidade de ensino, produzindo um contingente de jovens e adultos analfabetos funcionais ou incapazes de fazer a leitura crítica da realidade da sociedade em que vivem (Haddad & Di Pierrô, 2000).

Fazendo um balanço, após o estudo de diversos autores,³ percebemos várias expressões da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no cenário nacional. Expressões construídas pelas intencionalidades, interesses e conflitos entre as classes sociais, através dos vários segmentos, grupos e representações que as compõem, no espaço do Estado ou da Sociedade Civil. Estas expressões estão fundamentadas em idéias, conceitos, discursos e ações que revelam projetos diferentes de sociedade e de Brasil.

² Conforme o Plano de Curso (2006), o curso está dividido em duas fases: 1) Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, com 1200 horas de formação geral de nível médio, integrada a uma formação profissional de 200 horas, voltada para o mundo do trabalho; 2) Composta por módulos direcionados para a formação técnico-profissional (600 horas), abarcando o curso de educação profissional técnica de nível médio.

³ Haddad & Di Pierrô (2000), Aranha (1996), Brandão (2001), e Frigotto (2004).



A falta de qualidade de ensino, caracterizada pelas metodologias e currículos padronizados e distantes da realidade dos alunos, o processo avaliativo classificatório e excludente e a situação de extrema pobreza de uma grande parcela da população acaba por excluir da escola muitas crianças e adolescentes antes de concluírem os estudos. Dessa forma, nos últimos anos, a EJA vem perdendo sua identidade, pois, além de oportunizar formação aos adultos trabalhadores que não tiveram oportunidade de concluir os estudos em tempo hábil, está absorvendo uma grande contingência de adolescentes excluídos do ensino “regular” e que estão em busca de “aligeiramento” dos estudos.

Percebe-se, também, que em toda a trajetória, a EJA foi marcada por iniciativas descontinuadas e de caráter voluntariado. Porém, destacam-se três momentos importantes para EJA: a política pública de alfabetização de Paulo Freire, anterior a 1964; o MOVA, na década de 1990; que mesmo não-governamental/nacional travou lutas importantes, problematizando o descaso com a EJA; e o PROEJA que, embora não se constitua em uma política pública, busca ser inovador nos seus ideais emancipatórios.

A experiência histórica mostra, igualmente, que uma educação de qualidade requer professores devidamente preparados e qualificados. Porém, a rotatividade de docentes devido à falta de carreira específica para EJA e a inexistência de equipes direcionadas à educação de jovens e adultos impedem a formação de um corpo técnico especializado e dificulta a organização de projetos pedagógicos específicos para esta modalidade.

Tratando-se de educação de qualidade muito se tem a fazer ainda pela EJA, já que o setor público ainda não encontrou uma maneira eficaz de elevar a escolaridade das camadas populares. As aprendizagens mínimas e de qualidade dessa contingência da população precisam ser sanadas, através de oferta permanente de educação, garantida por políticas públicas que visem à formação humana e científica, associada a uma ampliação de oportunidades de trabalho, melhor distribuição de renda e maior participação política.

3 Teoria da avaliação, proposição de avaliação do PROEJA e do CEFET-BG

O tema avaliação vem sendo muito discutido entre a comunidade científica, educadores e teóricos. Isso ocorre devido à necessidade de compreender a avaliação como



parte extremamente relevante do processo de aprendizagem. A avaliação com características classificatórias, niveladoras e excludentes, ainda presentes no cotidiano escolar, gera desconforto e conflito no momento em que aos poucos se dissemina uma nova concepção de avaliação da aprendizagem. A nova concepção, emancipatória, processual, contínua, mediadora e formativa se apresenta contextualizada, inserida em uma sociedade com uma problemática sócio-político-cultural e econômica (Abramowicz, 1990).

Abordar a avaliação supõe, necessariamente, a análise de toda a pedagogia que se pratica. Para Sacristán (1998), a avaliação é explicada pela forma como são realizadas as funções que a escola desempenha e, portanto, está condicionada por aspectos sociais, pessoais e institucionais, incidindo sobre os demais elementos envolvidos na escolarização.

No nosso entendimento, a avaliação é um processo político a serviço da sociedade na busca do aperfeiçoamento da educação e do pleno desenvolvimento cidadão. Nesse sentido, a prática avaliativa deve articular-se com os objetivos, a metodologia, o conteúdo e todo o processo de ensino e aprendizagem, ou seja, a instituição de ensino precisa ter claro quando avaliar, como avaliar, o que avaliar, para que avaliar e para quem avaliar. O eixo central do processo didático escolar está dado pela relação entre objetivos e avaliação que modula o par conteúdos/métodos (Freitas, 2003). Para tal, parte-se da construção coletiva do Projeto Político Pedagógico⁴ e do Currículo⁵ que devem ser sustentados por um referencial teórico pedagógico e político que dê identidade à instituição escolar.

Na prática predominante, a avaliação feita pelo professor se fundamenta na fragmentação do processo ensino/aprendizagem e na classificação das respostas dos educandos, a partir de um padrão pré-estabelecido, onde a diferença de respostas quanto ao pré-estabelecido é chamado de erro e, a semelhança, de acerto. Conforme Luckesi (1995), a avaliação dominante se processa, muitas vezes, de forma reducionista, através da aplicação de testes, trabalhos e provas, aos quais se atribui um valor que deve corresponder ao nível qualitativo da aprendizagem do aluno. Para Sacristán (2000 p. 317), esse “procedimento funcionaria como uma “rotina” que agiliza o processo de avaliação por parte do professor.

⁴O projeto político pedagógico é o projeto global da escola, deve ser reavaliado e reorientado constantemente, uma vez que diz do rumo e da direção que a instituição vai perseguir de forma intencional e explícita.

⁵ O currículo, por sua vez, é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive.



O processo de aferir a aprendizagem escolar impõe aos estudantes conseqüências negativas, uma vez que o sujeito não adquire autonomia para atuar como efetivo cidadão e por viver sob a ameaça da reprovação. Segundo Abramowicz (1990, p.03) “observamos a marca inconfundível do controle”. Através da “medida” de aprendizagem a escola tenta “moldar” o aluno dentro do padrão considerado normal/ ideal.

Desenvolver uma nova postura avaliativa nas escolas requer reconstruir a concepção e a prática avaliativa rompendo com a cultura de memorização e do professor como detentor do saber, visando uma prática pedagógica comprometida com a inclusão, com o respeito às diferenças, com a construção coletiva do conhecimento (Esteban, 1999). Para tal, deve-se ter um olhar mais atento, uma escuta densa e uma intuição apurada.

Numa perspectiva de avaliação emancipatória e democrática parte-se do pressuposto de que se defrontar com dificuldades é inerente ao ato de aprender, porém, se respeitado o tempo e a especificidade de cada aluno, todos são capazes de aprender. A proposta do PROEJA aposta na adaptação do tempo/espaço às especificidades dos sujeitos que atende, tanto no sentido de permitir o acesso à escola em turnos contrários ao trabalho, quanto no respeito ao tempo de aprendizagem de cada um. Torna-se necessário elaborar uma proposta avaliativa que atenda ao alto grau de expectativa que esses sujeitos possuem no retorno à escola.

A proposta avaliativa no documento base do PROEJA (2006), apresenta a avaliação como forma de priorizar a qualidade e o processo de aprendizagem. Dessa forma, a avaliação deve ser desenvolvida numa perspectiva processual e contínua, por meio de um processo interativo que considere o aluno capaz de transformações significativas na realidade.

Conforme plano de curso da instituição, a proposta avaliativa do PROEJA do CEFET-BG apresenta a avaliação como um processo contínuo de formação, cujo foco é a emancipação dos sujeitos que participam do processo educacional, na qual os mesmos desenvolvem conceitos⁶ previamente definidos, por meio da apreensão de objetos do

⁶Os conceitos são previamente discutidos com os professores e alunos e são de conhecimento de todos. Exemplos de conceitos: *argumentação*: apresentar justificativas com coerência às idéias; *discernimento*: distinguir situações diferentes.



conhecimento relacionados as diferentes disciplinas, indo ao encontro, sempre que possível, da Rede Temática constituída e apresentada aos alunos.

Nesta proposição, portanto, todos os sujeitos podem avaliar e ser avaliados, tendo como formas a avaliação individual, a auto-avaliação⁷ e a avaliação coletiva⁸. A expressão final da avaliação ocorre através de pareceres descritivos que apresentam os conceitos já construídos, de modo que o aluno progrida de um módulo para outro ou permaneça no mesmo módulo.

4 O PROEJA e a avaliação dos estudantes

No que diz respeito ao objetivo dessa pesquisa, ou seja, saber como ocorre a avaliação dos alunos do PROEJA do CEFET-BG, foram encontradas algumas contradições nas respostas dos pesquisados, bem como, algumas divergências em relação ao Plano de Curso do PROEJA do CEFET-BG, embora se tenha verificado esforços para obter avanços.

No que se refere aos estudantes, 20%⁹ entendem a avaliação como parte da aprendizagem, de maneira a subsidiar o crescimento do aluno e o melhoramento do processo de ensino e aprendizagem. O restante acredita que a avaliação é uma forma de testar o conhecimento adquirido. Seguem algumas expressões escritas pelos alunos: “è importante pelo motivo que o aluno se esforça mais para adquirir a nota para a aprovação; o professor avalia pela frequência e participação”. Apesar de afirmarem que a avaliação é verificada através de conceitos e não medida por notas, os alunos entendem a avaliação como caminho para aprovação ou reprovação, que é medida através de uma demonstração de aquisição de conhecimento.

⁷A auto-avaliação consiste em uma planilha onde o aluno coloca a manifestação de sua aprendizagem, através dos conceitos trabalhados em cada disciplina.

⁸A avaliação coletiva consiste em um conselho participativo, onde os resultados são discutidos pelos professores conjuntamente com os estudantes.

⁹A atual pesquisa sobre a avaliação do PROEJA foi subsidiada pelos dados obtidos através da aplicação de questionários e conversas com 05 professores e 22 alunos da turma do PROEJA, do CEFET-BG.



Cerca de 82% dos alunos afirmaram serem avaliados diariamente, porém, quando solicitado para descrever o modo como são avaliados, não sabem responder ou deram respostas incoerentes. Percebem-se, portanto, equívocos na aplicação da avaliação contínua e participativa descrita no Plano de Curso (2006) do CEFET-BG. Isso retrata um problema não apenas da instituição, mas do sistema de educação brasileiro, onde as políticas educacionais são impostas pelos governantes e não são discutidas com os verdadeiros responsáveis pelo processo educativo: professores e alunos.

Quanto ao modo de verificação dos objetivos das avaliações, cerca de 60% afirmam ser através de conceitos, enquanto 40% não conseguiram estabelecer uma definição citando que a avaliação ocorre por trabalhos, por auto-avaliações, participação e frequência em sala de aula e parecer descritivo. Isso nos indica pouco trabalho participativo junto aos alunos sobre a concepção, os objetivos, a metodologia e avaliação do PROEJA. Dessa forma, sem a devida compreensão da nova proposta pedagógica, a avaliação é vista pelos alunos como “fácil”, sem provas, diferente da avaliação da escola regular, porém, não como forma de inclusão e formação cidadã, apenas como forma de certificação rápida dos excluídos da escola.

Como vimos anteriormente, a proposta da escola possibilita que todos os sujeitos avaliem e sejam avaliados, tendo como formas à avaliação individual, a auto-avaliação e a avaliação coletiva. No entanto, alguns alunos citam a dificuldade de se expor na auto-avaliação ou avaliação coletiva. Isso nos remete a um problema de planejamento e incentivo para a avaliação participativa, onde o objetivo é identificar o caminho percorrido na aprendizagem e apresentar possíveis medidas para atingir os conceitos ainda não construídos. Nesse sentido fica difícil realizar uma efetiva auto-avaliação ou avaliação coletiva, quando os sujeitos avaliados desconhecem ou estão incertos quanto ao modo avaliativo. A auto-avaliação requer do aluno o conhecimento de sua atual situação de aprendizagem, baseado nos conceitos trabalhados nos mais diversos conteúdos.

Mesmo inseguros, 50% dos alunos aprovam a proposta avaliativa atual; 25% gostariam de ser avaliados através de provas, testes e conseqüente classificação por notas e os outros 25% gostariam de ser avaliados somente no final do semestre. A parcela de alunos (25%) que prefere provas e notas representa os sujeitos mais jovens e com menor tempo de



afastamento da escola. É possível fazer duas reflexões sobre esse aspecto: ou os mais jovens têm mais dificuldades de entender o novo processo, por estarem acostumados com notas, enquanto os mais velhos o entendem, por terem sido afastados do sistema escolar devido à avaliação classificatória e exclusiva, ou a nova proposta avaliativa não está bem clara, causando insegurança.

No que se refere à posição dos professores, 40% disseram que a avaliação é feita através de uma listagem de conceitos, 40% citaram a realização de um trabalho coletivo e uma avaliação individual em cada disciplina, com critérios estabelecidos pelo professor e uma professora mostra-se afinada com o projeto político pedagógico da instituição, quando escreve que a avaliação é contínua e visa diagnosticar a aprendizagem. Quando questionados quanto à maneira ideal de avaliação no PROEJA, 60% dos professores defendem a atual forma e incentivam a sua manutenção. A análise da escrita de dois professores mostra a necessidade de mudança e aperfeiçoamento no sistema avaliativo da instituição, quando colocam que a avaliação deve ser o mais ampla possível, com todos os aspectos relevantes contemplados e que contribua para a aprendizagem do aluno.

Apesar do PROEJA do CEFET-BG ter uma concepção Freiriana voltada à educação popular e, conseqüentemente, a uma proposta de avaliação formativa/emancipatória, alguns aspectos, como vimos, demonstram a dificuldade do corpo docente do PROEJA de alterar a concepção e prática da avaliação e fazer a diferença na escola, uma vez que todas as outras modalidades de ensino da instituição trabalham com uma avaliação classificatória e somatória. Percebe-se, assim, a fragmentação e a desarticulação entre as modalidades de ensino oferecidas pela instituição. Da mesma forma, torna-se difícil colocar em prática a avaliação formativa/emancipatória sem uma efetiva formação dos professores.

5 Para avançar na avaliação formativa/emancipatória

Conforme pudemos perceber através da análise do Projeto Político Pedagógico da Instituição, o curso de PROEJA possui uma concepção, uma infraestrutura e uma forma avaliativa diferenciada, já que toda a instituição trabalha de forma tradicional com conteúdos



a seres transmitidos e avaliações através de provas e testes. Os resultados desta pesquisa mostram que, para avançar, é preciso que os Projetos Político Pedagógicos globais das instituições incorporem o PROEJA, o que requer maior engajamento por parte de toda a comunidade escolar, para poder oferecer uma educação de qualidade aos jovens e aos adultos.

Nesse sentido, a formação continuada de professores deve ser feita numa estreita relação com a prática cotidiana, com acompanhamento sistemático, para que se possa garantir algum retorno ao trabalho efetivo em sala de aula. Os “treinamentos” esporádicos, os cursos aligeirados e sem continuidade garantida são instrumentos de desserviço a EJA, pois criam expectativas que não serão correspondidas, frustram alunos e professores, reforçam a concepção negativa de que não há o que fazer nesta modalidade de ensino (Haddad, 2000).

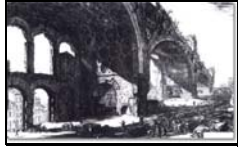
A mudança na avaliação deve ser acompanhada de uma autonomia escolar, currículo flexível e contextualizado, formação continuada de professores, continuidade das propostas pedagógicas e os estudantes devem ter condições de ir compreendendo esta nova perspectiva de avaliação. Quando as mudanças ocorrem de forma fragmentada nas escolas, seu efeito conjunto não alcança uma modificação substantiva nas práticas tradicionais.

Finalmente, através desse estudo sobre a avaliação dos estudantes do PROEJA, conseguimos identificar que o PROEJA, de um modo geral, é um programa inovador de caráter emancipatório, fundamentado na concepção Freiriana e que busca uma avaliação processual e contínua. Apesar do esforço e dos avanços em relação à avaliação por parte do CEFET-BG, encontramos alguns professores ainda não preparados e alunos inseguros frente à nova forma avaliativa e pensamos que esse fator é decorrente, também, da atual situação educacional brasileira e, conseqüentemente, da falta de preparo das instituições e professores, o que acaba dificultando a elaboração e implementação de propostas diferenciadas e deixando os estudantes inseguros.



REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, M. Avaliação da aprendizagem: como trabalhadores-estudantes de uma Faculdade particular noturna vêm o processo - em busca de um caminho. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990. Tese (Doutorado)
- ARANHA, M. L.de A. História da Educação. São Paulo: Moderna, 1996.
- BRANDÃO, C. R. De Angicos a Ausentes: 40 anos de Educação Popular. Porto Alegre / MOVA-RS: Corag, 2001.
- ESTEBAN, M.T. A avaliação no cotidiano escolar. In. Avaliação da Prática Educativa. Caderno Temático nº 10, Constituinte Escolar, Rio de Janeiro, 2000.
- FREITAS, L. C. de. Ciclos, Seriação e Avaliação: Confronto de Lógicas. São Paulo: Moderna, 2003.
- FRIGOTTO, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). Ensino Médio Integrado: Concepção e contradição. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. Educ. Soc., Campinas, v. 26, n. 92, 2005.
- HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação. Campinas, n.14, p.108-130, maio/ago., 2000. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/rbe14/07-artigo6.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2007.
- HADDAD, S.(org.). O estado da arte das pesquisas em educação de jovens e adultos no Brasil - A produção discente da pós-graduação em educação no período 1986 – 1998. São Paulo: Ação Educativa, 2000.
- LUCKESI, C. C. Verificação ou Avaliação: O que pratica a Escola? Séries Idéias, São Paulo, n.8, p. 71-80. 1998. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/int_a.php?t=009>. Acesso em: 17 out. 2006.
- MORIN, E. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2002.



Travessias número 01 revistatravessias@gmail.com

Pesquisas em educação, cultura, linguagem e arte.

SACRISTÁN, J. G.; Gómez, A. I. P. Avaliação no Ensino. In: _____ Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. Cap. 10.